



OLÍVIA LAMAS

Guazzelli: resumo curto e rápido

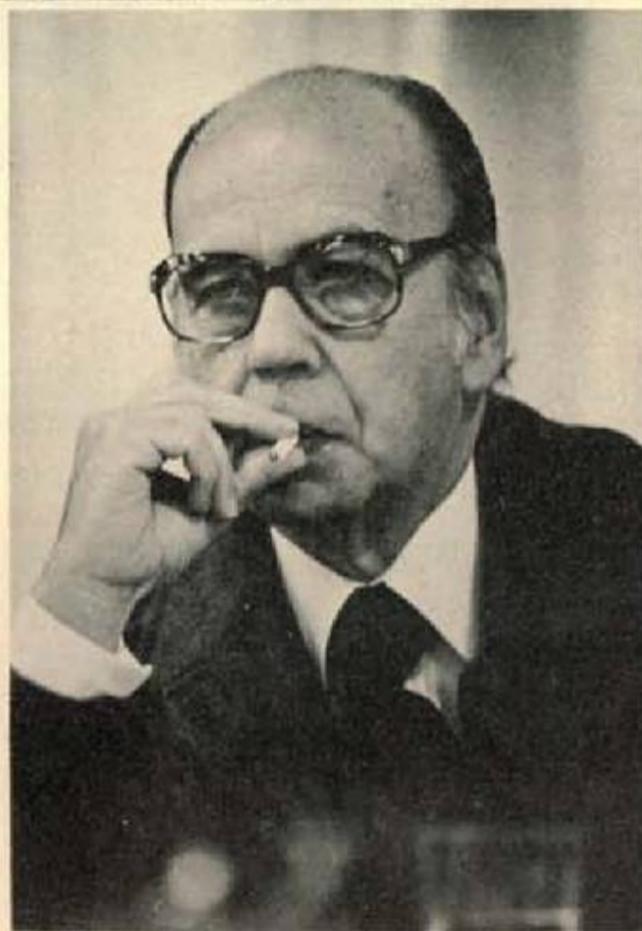
SEQÜESTRO

## Novos nomes

*Desta vez, gente graúda da área de informação*

**H**á dez anos intocado na chefia do poderoso Departamento Central de Informações (DCI) no Rio Grande do Sul, o tenente-coronel da reserva Átila Rohrsetzer, 48 anos, jamais deu entrevista ou foi fotografado. Assim, foi mais uma vez inútil a tentativa de falar com ele depois da quarta-feira da semana passada — quando, formalmente, Rohrsetzer passou a ser o nome mais importante na lista dos suspeitos de participar do seqüestro de quatro exilados uruguaios, ocorrido em Porto Alegre na tarde do último dia 17 de novembro. O nome já circulava discretamente nos bastidores da polícia como um dos prováveis responsáveis, junto com o delegado do DOPS, Pedro Seelig.

Ninguém, contudo, até então ousara tocar no assunto em público. Até que, no breve depoimento de 20 minutos que prestou à Comissão da Assembléia Legislativa gaúcha que investiga o crime, o advogado José Mariano de Freitas Beck, membro da comissão gaúcha da OAB que faz investigações próprias para ajudar na elucidação do seqüestro, levantou suas suspeitas. Ele contou que soube da participação de Rohrsetzer por Mário Ranciaro, tenente reformado da Aeronáutica, que se anuncia um colaborador dos serviços de informação militares. Ranciaro, por sua vez, encarregou-se de ampliar o incêndio, revelando o nome de mais quatro suspeitos, todos ligados ao chefe do DCI: Júlio Mariath Filho, Homero Newton, Napoleão Soares e Paulo Cardoso.



JB SCALCO

Beck: confidências familiares

**SEM PERGUNTAS** — Segundo Beck, um dos motivos para o vazamento das informações sobre Rohrsetzer seria ainda o desquite do militar, que tramita na 3.ª Vara de Família — e um dos motivos da separação envolveria justamente o fato de que sua esposa, Marlene, sempre segundo o advogado, “revelou a outras pessoas o comprometimento do coronel no seqüestro”. O chefe do DCI, diante das acusações, resolveu-se permitir uma declaração à imprensa, mas por tabela: mandou dizer, por um telefonema ao secretário de Segurança, João Leivas Job, que tudo aquilo era uma coisa “abjeta” e que seu desquite tramita desde janeiro de 1977, um ano e dez meses antes do seqüestro.

Mesmo assim, a Comissão da Assembléia Legislativa deverá chamar Rohrsetzer e Ranciaro para que prestem depoimentos — e o fará num momento especialmente delicado, pois seus membros, três deputados do MDB e dois da Arena, enfrentam críticas pelas dificuldades de uma investigação que parece cada vez mais intrincada.

Tais críticas tornaram-se mais azedas na terça-feira da semana passada, no final do longamente esperado depoimento do ex-governador gaúcho, Synval Guazzelli. Com declarações estudadas e formais, Guazzelli afastou-se do caso em apenas 50 minutos: o tempo que gastou para contar o que sucedeu no período de cinco meses em que ele, como governador, ordenou e acompanhou as investigações sobre o seqüestro. No final nenhuma pergunta lhe foi feita pelos membros da Comissão. Por que, então, Carlos Giacomazzi, deputado opcionista que assumiu o governo do Estado apenas durante dois dias, em janeiro passado, para responder pelo expediente durante uma viagem de Guazzelli, foi bombardeado com 21 perguntas ao longo de quatro horas e meia de depoimento?

**RITUAL** — Existia, soube-se mais tarde, um acordo de cavalheiros entre Guazzelli e os membros da Comissão: o ex-governador compareceria à Assembléia para depor desde que não o incomodassem com perguntas delicadas ou o forçassem a fazer revelações constrangedoras. A própria convocação deveria obedecer a um ritual especial, pois Guazzelli, atualmente residindo no Rio de Janeiro, não queria ir ao Rio Grande do Sul só para depor sobre o seqüestro. Os parlamentares deveriam esperar que surgisse um pretexto que o levasse a Porto Alegre — no caso da semana passada, seu aniversário de casamento.

E quanto às versões, até agora conflitantes, a respeito das informações prestadas em Montevidéu pela mãe de Lillian Celiberti? Não se conseguiu avançar mais neste terreno no rumo do esclarecimento. Segundo Cícero do Amaral Viana, da Arena, membro da Comissão e ex-chefe de polícia, dona Lilia teria prestado informações a jornalistas brasileiros “sob pressão” — e não autorizara, por parte de seu neto, Camilo, a indentificação de qualquer suspeito do seqüestro. Viana garantiu que soubera disso por um “jornalista idôneo”, cujo nome se recusa até agora a revelar. Diante de tal fato, Pedro Maciel e Olívio Lamas, repórteres de VEJA que conversaram com dona Lilia em Montevidéu, negaram-se a depor na Assembléia enquanto a fonte do deputado arenista não for identificada. Os cinco membros da Comissão recusaram-se a aceitar os argumentos dos dois jornalistas. E, frente a tantos descompassos, resolveram deixar a avaliação de todo esse contencioso para esta semana. ●